

A EDUCAÇÃO DO MÚSICO NAS FAZENDAS BRASILEIRAS: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE OS OBJETIVOS DO CULTIVO DA MÚSICA NO PASSADO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.008-015>

Anderson do Nascimento Silva

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará

Elvis de Azevedo Matos

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, e Professor do Curso de Música Licenciatura da Universidade Federal do Ceará

Pedro Harrison de Freitas Teixeira

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Ceará

Yure Pereira de Abreu

Doutor e pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará, professor de arte na Secretaria da Educação do Estado do Ceará

RESUMO

O presente artigo visa discutir a educação do músico nas fazendas brasileiras nos períodos colonial e imperial, de forma compreender as intenções pedagógicas relativas a essa prática. Desse modo, serão apresentadas reflexões a respeito do uso da educação como uma ferramenta de dominação, compreendendo alguns conceitos, do ponto de vista cultural, bem como a partir das ideias sobre as contribuições de abordagens pedagógicas que atendem às expectativas das classes dominantes. Posteriormente, sob uma ótica historiográfica, examinaremos como se deu a formação do músico brasileiro no contexto social do período colonial, de forma a compreender a função social dos primeiros grupos musicais então formados majoritariamente por negros, do repertório musical e da ordem à qual estavam submetidos. Ademais, será discutida a educação dos músicos nas fazendas brasileiras, evidenciando as bandas de música como um dos primeiros espaços não formais de educação musical, demonstrando a sua conexão com os fazendeiros, com a igreja, através da catequese, em benefício do projeto mercantil dos portugueses em terras brasileiras. Por fim, compreendemos que há a necessidade de ampliarmos nossas percepções acerca das interpretações dos fatos históricos, apresentados no texto por pesquisadores e cronistas, para refletirmos sobre novas possibilidades de Educação Musical nas bandas de música na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Musical. Músicos Escravizados. Fazendas Brasileiras.



1 INTRODUÇÃO

As relações entre educação e trabalho no Brasil foram marcadas tanto pela exploração da mão de obra escrava quanto pela falta de uma percepção humana dos colonizadores para com os colonizados (CASTANHO, 2006). Segundo Castanho (2006, p. 3), “Socialmente, contudo, ambos, educação colonial e trabalho servil, eram tidos na conta de coisas de menor valor, em outras palavras, discriminados”. Foi em meio a esse contexto, que a atividade de músico surgiu nas fazendas do Brasil colonial.

Nesta perspectiva, a educação para o trabalho com a música, estava ligada a um projeto de dominação elaborado pelo colonizador português, viabilizado pelas irmandades religiosas e pelos coronéis (donos de fazenda), visando catequizar os negros e controlar os ofícios na colônia (CASTANHO, 2006). Para Sérgio Castanho (2006), os escravos eram vistos como mercadorias e deveriam desempenhar atividades e serviços que pudessem gerar renda para o projeto celebrado entre os entes acima citados.

Os senhores de escravo tinham duas possibilidades: ou faziam com que seus escravos exercessem ofícios em “tendas” autônomas, gerando renda, ou alugavam seus escravos para serviços diversos. Neste último caso, eles eram denominados “moços de ganho” ou “escravos de ganho” (CASTANHO, 2006, p.6)

Analisando a citação de Castanho sobre a vida desses homens, percebemos que os músicos negros eram esses “escravos de ganho” e que suas trajetórias de vida começam em condições desumanas por serem escravizados e por não terem o direito de possuir o *status* de profissional liberal. Segundo o dicionário Bluteau (1716), o significado de liberal vem do latim *liberalis* que significa “pessoa bem nascida” ou “pessoa de qualidade”. Para Lynch (2007), os liberais eram sujeitos que praticavam artes não mecânicas, ou seja, realizadas “sem ocupar as mãos” sendo próprias de “homens nobres”, diferentes das atividades então praticadas por plebeus e escravos.

Fazendo, assim, uma analogia ao trabalho dos músicos negros no período colonial ponderamos que estes, em sua maioria, eram “mecânicos”, por manusearem instrumentos musicais de diferentes tipos e classificações, por seguirem uma rotina de estudos, apresentações exaustivas e por trabalharem sem remuneração. Nesta perspectiva, compreendemos que a função do músico na sociedade escravocrata brasileira seguia as diretrizes do trabalho escravo, subserviente aos interesses do entretenimento na colônia e no império brasileiro.

A percepção deste cenário histórico nos mobiliza à busca por entender os porquês que contribuíram para a construção sociocultural de um país desfavorável aos músicos, enquanto profissionais e seres humanos, de fato. Nesta perspectiva, esta reflexão nos leva a pensar que um dos motivos que perpetuaram a desvalorização do músico no Brasil está relacionado ao projeto mercantil burguês, com suas finalidades de educação para manutenção do *status quo*.

Nesse sentido, este ensaio tem por objetivo discutir as intenções da educação dos músicos negros no período em que vigorou a escravidão. Para isso, a seguir, dialogando com importantes teóricos, serão apresentados argumentos acerca do uso da educação como ferramenta de dominação; compreendidas reflexões acerca de como surgiu o músico no Brasil, de modo a compreender a atividade do músico brasileiro e os processos educativos empreendidos à época; bem como desenvolvidas discussões a respeito da educação dos músicos negros nas fazendas do Brasil, ressaltando as bandas de música como um dos primeiros espaços de educação musical.

2 EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO

A educação é um fenômeno cultural, carregada de objetivos sociais e de mecanismos de controle (GEERTZ, 1978) das necessidades psicológicas e físicas dos seres humanos, ela se consolida como uma ferramenta eficiente para processos de dominação, exploração do trabalho e enriquecimento de poucos. Para Manacorda, a educação pode ser entendida como

o processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos. Pareceu-me poder sintetizá-los na “inculturação” nas tradições e nos costumes (ou aculturação, no caso de procederem não do dinamismo interno, mas do externo), na instrução intelectual em seus dois aspectos, o formal-instrucional (ler, escrever, contar) e o concreto (conteúdo do conhecimento), e, finalmente, na aprendizagem do ofício (compreendida aqui aquela forma específica que é o treinamento para a guerra). (MANACORDA, 2010, p. 16)

Nesta perspectiva de opressão, a elaboração da educação dos seres humanos deve pautar-se no processo de manutenção de seus grupos sociais, na busca por fortalecer uma linha ideológica sobre como deve ser a vida dos sujeitos em uma sociedade assim definida, evidenciando quais os percursos os sujeitos devem seguir a partir da concepção de quem os oprime.

Toda sociedade apresenta uma maneira peculiar de educar seus membros para formação de suas personalidades e para serem capazes de conviver nas suas localidades, de modo a garantir o próprio funcionamento da dinâmica social vigente.

Apple (2017) postula sobre transformações ideológicas que ocorrem em sociedades como um todo. Tais transformações atuam diretamente na realidade, e passam a integrar os “projetos educacionais” em vigência.

Do ponto de vista cultural, a educação não possui um significado unívoco. Nos estudos de Margaret Mead (1963), percebemos que a transmissão cultural de três sociedades da Oceania (Arapesh, Mundogomor e Chambulí) se manifesta de maneiras distintas, interferindo na formação da personalidade dos sujeitos em tais grupos.

Convivendo com os Arapesh, a estudiosa identificou que eles eram educados para serem sujeitos dóceis, sensíveis e servis. As crianças da tribo eram tratadas com afeição e não havia distinção de sexo. No entanto, os Mundogomor eram educados para o combate. Nesta tribo, a agressão era



comum em todas as relações, seja entre os homens, entre as mulheres ou entre ambos os sexos. Entretanto, na educação dos Chambulí, as mulheres eram educadas para serem empreendedoras e extrovertidas, provedoras do sustento da família, enquanto os homens eram educados para serem sensíveis e dedicados às cerimônias da tribo.

Os estudos de Mead (1963) revelaram um avanço significativo sobre as questões de relativismo cultural. A partir do conhecimento construído em suas pesquisas, a autora deixa claro que o processo educativo, enquanto fenômeno cultural, manifesta-se de maneira diferente entre as sociedades em diversas áreas geográficas, como também na própria área habitada por diferentes grupos. A educação, enquanto objeto do mundo cultural, é munida de mecanismos capazes de controlar a vida do outro. Geertz (1978), demonstra que a dimensão cultural pode ser entendida como um conjunto de planos, receitas, regras e instruções para governar o comportamento do homem.

Controlar o tempo de trabalho, as formas de trabalhar e o direito ao trabalho fizeram e fazem do homem burguês um sujeito privilegiado. A educação como ferramenta cultural do desenvolvimento humano é algo manipulável para que objetivos individuais ou coletivos sejam atingidos, a fim de satisfazer os interesses de quem os elaboram. No mundo contemporâneo, percebemos que os interesses da agenda neoliberal estão ditando as regras do que a escola deve fazer para educar os sujeitos. De acordo com Michael Apple

Cada vez mais, sob o poder crescente de formas ideológicas neoliberais, a educação está sendo comoditizada. Suas instituições estão sendo transformadas em “produtos” que devem ser sujeitos à lógica do mercado, e não somente em Nova Orleans. E as pessoas que trabalham em instituições educacionais em todos os níveis são valorizadas apenas pelas suas contribuições a uma economia crescentemente desigual, com resultados de exames como um parâmetro para competitividade nacional e internacional. (APPLE, 2017, p. 35-36)

Para Neitzel (2020, p. 147), “Os mecanismos e estratégias de subjetivação, regulação e controle fazem dos princípios econômicos “mercadológicos”, os princípios que devem normatizar toda a vida na sociedade, traduzindo-se naquilo que denominamos de sociedade de consumo”, ou seja, os princípios do mercado devem estar no currículo e devem focar na formação de sujeitos dóceis e servis como os Arapesh (MEAD, 1963) desprovidos de qualquer senso de questionamento, que possa ser ameaçador dos interesses empresariais.

É na percepção da educação como uma ferramenta poderosa de transformação e manipulação social, que vislumbramos discutir, neste trabalho, algumas evidências históricas que nos conduzem a pensar sobre a educação dos músicos negros nas fazendas do Brasil em um passado obscuro. A interpretação da dimensão histórica dos fatos, apresentados aqui, pode instigar o leitor a exercitar a crítica sobre as faces históricas que ainda necessitam de esclarecimentos.

Mas afinal, havia uma educação específica para os músicos negros no Brasil? Quais os objetivos desta educação? Tocar um instrumento musical em uma banda de fazenda era um trabalho



escravo? Que tipo de relação existia entre a catequese e a música no passado? Tais questões são respondidas a partir de um olhar histórico social sobre o surgimento do músico, da manutenção de suas atividades musicais nas fazendas e na proposta mercantil que havia por trás da catequese.

3 O SURGIMENTO DO MÚSICO BRASILEIRO

A figura do músico brasileiro emerge da fusão sociocultural resultado da “confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (RIBEIRO, 2015, p. 17), dando origem ao desenvolvimento de uma cultura musical multifacetada e integradora de traços culturais desses diferentes povos, que delinearão o que se tornou a música brasileira. De acordo com Alvarenga,

[...] a constituição do povo brasileiro (ameríndios, portugueses, negros), possivelmente fazia sua música própria; com o séc. XIX aparecem traços indicadores de uma originalidade nascente, mas incapazes ainda de motivar uma cor nacional inconfundível; só no último quartel do séc. XIX é que, fixando elementos até então incertos ou indecisos, as nossas músicas folclórica e popular principiam a definir-se como criação peculiar e representativa do povo brasileiro (ALVARENGA, 1982, p.13)

Os indígenas foram os primeiros povos a cultivar a música no Brasil. No entanto, é importante notar que, após a chegada dos portugueses, a prática musical realizada por eles passou a ser fruto de um processo de invasão cultural, que anulou a língua e a música dos indígenas, uma vez que as organizações sociais aqui existentes foram dizimadas. De acordo com Castagna, “os músicos da terra” (CASTAGNA, 1994), assim chamados os índios, desempenharam uma atividade musical satisfatória durante o século XVIII, sendo eles capazes de produzir seus instrumentos e tocá-los com relativa destreza técnica.

Ao mesmo tempo em que os povos originários eram cooptados pelo colonizador português, iniciou-se o tráfico de africanos para o trabalho escravo em terras brasileiras. Tal fenômeno interferiu decisivamente no processo de formação da sociedade colonial, pois, conforme Alvarenga (1982), o contato do homem branco com as mulheres negras na vida doméstica de um Brasil remoto energizou suas culturas, promovendo o fortalecimento de traços culturais vivos até hoje.

A cultura musical dos negros se disseminou e ganhou contornos diferentes diante da situação social de opressão à qual estes foram submetidos. A imbricação entre música e trabalho foi redimensionada e pouco a pouco adentrou ao seio das fazendas do país. De acordo com Alvarenga (1982, p. 259), “no Brasil existe grande variedade de cantos de trabalho, ligados a atividades urbanas e rurais. Vários desses cantos vivem hoje apenas na memória de gente antiga, mortos pela mecanização dos trabalhos que os motivaram”.



Percebendo o gosto pela música que os africanos manifestavam, os homens brancos, proprietários dos negros à época, passaram a cercear a sua liberdade cultural, os condicionando por meio de processos de aculturação musical, forçando-os ao aprendizado da música europeia, no período escravista no Brasil (ALVARENGA, 1982).

É neste cenário que nasceram as primeiras bandas de música, centros de instrução musical nos grandes engenhos e fazendas espalhados pelo Brasil no passado. Segundo Alvarenga (1982, p.19), as bandas “constituíam um elemento musical obrigatório das festas populares, em que executavam dobrados, possivelmente, muitas danças e também trechos de óperas”. Outros grupos também tiveram uma grande contribuição para o fortalecimento das bandas como os ternos-de-barbeiros, que segundo Alvarenga (1982, p.19) podem ter sido “os únicos conjuntos populares de instrumentistas profissionais que possuíamos então”.

As atividades das bandas de música não eram as únicas realizadas nas fazendas e nos engenhos brasileiros. Em troca da redução do trabalho pesado e dos açoites, os negros, além de músicos, também desempenharam atividades artísticas diversas. Segundo Gilberto Freyre,

[...] os negros foram os músicos da época colonial e do tempo do império. Os moleques meninos de coros na igreja. Várias capelas de engenho tiveram coros de negros, várias casas-grandes, conservando a tradição de Manguela Bote, mantiveram, para deleite dos brancos, bandas de música de escravos africanos. No engenho Monjope, em Pernambuco - por muito tempo de uns Carneiro da Cunha que acabaram barões de Vera Cruz - houve não só banda de música de negros, mas circo de cavalinhos em que os escravos faziam de palhaços e acrobatas” (FREYRE, 2003, p. 505)

A flexibilização das medidas duras e cruéis para com os músicos negros começou a ocorrer no momento histórico no qual o trabalho escravo estava em decadência econômica em algumas colônias, pelas modificações causadas no mercado. Segundo Ponce

à medida que os povos conquistados deixavam de fornecer escravos e riquezas, mais aumentavam os impostos as taxas e as requisições. A miséria foi crescendo de tal forma, que a exploração dos domínios enormes - latifúndia - por verdadeiros exércitos de escravos já não produzia rendas compensadoras (PONCE, 1996, p. 81)

De acordo com Ponce, o escravo como produto ou objeto de venda e troca não era mais útil devido ao desenvolvimento das máquinas, que necessitavam de pessoas capacitadas para operá-las, causando assim, uma série de modificações nos processos de produção em massa. Ainda, segundo Ponce (1996, p. 145), “As máquinas complicadas que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo ou de um escravo devido às mudanças técnicas de mercado”. Escravos sem saber ler e escrever passaram a ser inúteis para a classe burguesa do século XIX.



No entanto, é interessante pontuarmos que havia negros letrados e possuidores de conhecimento musical que formaram muitos filhos de senhores de engenho nas artes e no letramento, quando não havia escolas dentre outras instituições de ensino nas redondezas das senzalas. Gilberto Freyre apresenta aspectos relevantes da atividade profissional do negro Calisto no século XIX, que revela outra visão social do trabalho de negros como professores e músicos no Brasil.

[...] o preto Calisto, apresentando-se aos seus alunos de cartola, sobrecasca preta e calças brancas, apresentava-se ortodoxamente vestido no traje, por assim dizer, oficial da classe alta e letrada do seu tempo. “Comprometeu-se com meu pai”, escreveu Arthur Orlando do seu professor negro, a ensinar-me as primeiras letras em troca de uma flauta de ébano com chaves de prata (FREYRE, 2003, p. 505)

A apresentação deste fato histórico-social por Gilberto Freyre revela uma posição favorável do “preto Calisto” em relação às condições precárias de trabalho escravo dos negros que viviam nas grandes fazendas brasileiras no século XIX. Tal visão nos motiva a entender o que o negro fez para ganhar essa posição social à sua época. O preto Calisto teve a mesma educação que os negros das senzalas? Suas destrezas e inteligências o levaram a uma posição privilegiada em relação aos demais escravos?

As evidências históricas demonstram que poucos negros conseguiram “fugir” dos açoites graças às suas habilidades sócio-culturais (objeto de interesse dos coronéis no passado). No entanto, essa realidade destoava de outros escravos negros e mestiços igualmente explorados, que eram forçados ao trabalho braçal e eram comparados a animais. Tais evidências são encaradas, neste trabalho, como aspectos que nos possibilitam uma reflexão sobre o tipo de educação ofertada aos músicos de fazenda à época da transição entre a colônia e o império brasileiro.

4 A EDUCAÇÃO DO MÚSICO NAS FAZENDAS

Os espaços não institucionalizados foram um dos primeiros lugares de formação cultural dos índios e escravos no Brasil colonial (SAVIANI, 2011). A construção deles revelou-se pela simbiose entre Educação e Catequese necessária ao projeto de colonização que perdurou, por muitos séculos, em seus modos de estruturar o efeito da dominação na civilização brasileira ainda em construção. Conforme Neves (1978, p.148), os espaços não institucionalizados tiveram um papel fundamental na formação de pessoas no passado. Para o autor, “as formas não institucionalizadas do saber foram muito mais eficazes, onipresentes, radicais, em sua enganadora múltipla pequenez do que o que se apresentava nos Colégios, pelo menos do ponto de vista de instalação de uma dominação cultural”.



A partir da ótica dos autores acima mencionados, compreendemos que as bandas de fazenda¹, orquestras e coros de capelas, criadas no interior e no litoral do país à época, foram um dos primeiros espaços de educação dos músicos brasileiros. A função dos agentes desses espaços educativos primava pela instrução de negros e mestiços, submetidos à doutrina cristã na perspectiva de formar sujeitos servís e dóceis às demandas do trabalho nas antigas fazendas de cana-de-açúcar e de café.

[...]no caso da educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se, evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização (SAVIANI, 2011, p. 27)

A educação do músico negro, nas “bandas de fazenda”, estava alinhada ao desenvolvimento da exploração do trabalho escravo. Tais instituições foram redutos de práticas de trabalho que deram muito lucro aos senhores de engenho, sendo esses, grandes empreendedores dos negócios da música durante o império. Segundo Tinhorão (1997), é possível evidenciar relatos sobre a atividade de Raimunda Porcino de Jesus, considerada à época uma das grandes empreendedoras de bandas de senzala na Bahia, no passado.

Transformada em verdadeira empresária moderna, dona de banda “com bom mestre, que dizem fora escravo, era numerosa, dispunha de bom instrumental, grande e variado repertório” – como lembraria José Freire de Carvalho Filho em seu livro *A devoção do Senhor do Bonfim e sua história* –, a Charadista passou a quase monopolizar os contratos para fornecimento de música em todas as festas públicas de Salvador, o que apressou a decadência da velha música de barbeiros (TINHORÃO, 1997, p. 142).

A exploração do trabalho escravo era uma das intenções da educação dos músicos em bandas de fazendas. Tal ação fomentou a educação dos músicos consolidando diferenças entre educações dos negros e brancos durante o período citado. De um lado, uma educação formal para os filhos dos homens brancos, que deveriam ser instruídos para exercerem cargos de liderança privilegiados na estrutura do Estado. Do outro, uma educação para os negros e mestiços baseada na doutrina cristã, que promovesse o aculturamento e a dominação destes para trabalhos pesados. Acerca dessas diferenças, Casimiro (2002) aponta que

A educação ministrada nos colégios era diferente daquela destinada aos indígenas e mestiços. Enquanto estes recebiam nas missões, nos engenhos e nas igrejas, apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e o Estado, os brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Outros portugueses brancos (segmentos restritos das classes populares) tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar (CASIMIRO, 2002, p.12)

¹ O termo mencionado foi usado por José Ramos Tinhorão (1997) para classificar um dos primeiros grupamentos musicais formados por escravos no Brasil. O uso dele é recorrente em teses e dissertações de pesquisadores que se dedicam ao estudo das bandas de música no país.



Fica evidente no discurso de Casimiro a desvalorização do negro, do mestiço e dos brancos das classes populares. A educação era utilizada para favorecer os filhos do império (portugueses) e desfavorecer os trabalhadores (negros, mestiços e portugueses de camadas populares). Foi a partir desse contexto socioeducativo que se estabeleceu, também, a educação do músico brasileiro. A doutrina cristã usava um conjunto de mecanismos para persuadir e inculcar na cabeça dos catequizados a única verdade: a fé no senhor de engenho e não exatamente em Deus. Acerca dessa doutrina, Almeida, Casemiro e Silveira abordam o desenvolvimento da catequese tradicional:

A catequese tradicional desenvolvida nas escolas e colégios dos jesuítas poderia também ser destinada aos mamelucos, e a algumas crianças indígenas. Os negros ficavam de fora. Desde o início da colonização, houve nítida separação na catequese ministrada aos indígenas, aos brancos e aos escravos negros (ALMEIDA, CASEMIRO e SILVEIRA, 2017, p.3)

Mas que tipo de catequese era ministrada aos negros? Uma catequese baseada na invasão cultural e na imposição controlada por processos de aceitação e conformação dos negros através da reza do credo. Nesta perspectiva, todos os negros deveriam aceitar o destino traçado pela “igreja” e não por Deus, ou seja, a servidão ao senhor e a docilidade ao trabalho eram o caminho para alcançar a dádiva divina.

Não era uma catequese realizada como a dos indígenas, em aldeamentos, ou como a dos brancos, em escolas. Era uma catequese realizada nas casas, nas fazendas, nas quais os negros serviam como escravos. Alguns fazendeiros possuíam uma capela e mesmo um capelão com conhecimentos das línguas africanas para facilitar o processo (ALMEIDA, CASEMIRO e SILVEIRA, 2017, p. 39).

O processo educativo dos negros era bem complexo. Inculcar a doutrina cristã nos escravizados foi uma tarefa árdua para os dominadores. A catequese deveria construir a imagem de sujeitos servís ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil colônia para atender os interesses mercantis, de então

[...] o Estado tinha mecanismo de controle sobre todo o organismo colonial, principalmente sobre a própria Igreja. Tanto por conta do Padroado, como por causa das atribuições da Mesa de Consciência e Ordem e do Conselho Ultramarino. Não podemos esquecer, ademais, de que se tratava de um Estado absolutista, regalista, centralizador e monopolizador de quaisquer decisões que viessem de encontro aos seus interesses mercantilistas (CASIMIRO, 2009, p. 6)

Durante o período colonial, houve a necessidade de educar sujeitos na fé cristã, pois este era um dos únicos meios que os padres jesuítas tinham aptidão para trabalhar junto ao Estado à época. Caso a igreja não cumprisse com o seu dever, posses e mercadorias eram perdidas e isto colocava em xeque os interesses da “Economia Cristã”, tão necessária à perpetuação da igreja nas terras recém-descobertas.

E porque os escravos do Brasil são os mais necessitados da Doutrina Christã, sendo tantas as nações, e diversidades de línguas, que passão do gentilismo a este Estado, devemos de buscar-lhes todos os meios, para serem instruídos na Fé, ou por quem lhes falle nos seus idiomas, ou no nosso, quando elles já o possuem entender. E não há outro meio mais proveitoso, que o de uma instrução accommodada á sua rudeza de entender, e barbaridade de fallar. Portanto, serão obrigados os Parochos a mandar fazer copias, (se não bastarem as que mandamos imprimir) de breve fôrma do Cathecismo, que vai no titulo 32 para se repartirem por casas dos frequezes, em ordem a elles instruirem aos seus escravos nos mysterios da Fé, e Doutrina Chistã, pela fôrma da dita instrução, e as suas perguntas, e respostas serão as examinadas, e mais facilmente do que estudado de memória o Credo; e outras, que aprendem, os que são de mais capacidade (ARIMINO, 1705, p. 86)

Uma instrução baseada nos “mistérios da fé” era um mecanismo de alienação, que inculcava nos escravos o entendimento que era da vontade de Deus a servidão ao seu senhor e que o negro era proibido de questionar qualquer assunto relacionado ao credo, pois, se o fizesse, seria encarado como uma ofensa ou uma motivação que o conduziria ao inferno.

É, compreendendo o jogo das relações entre a igreja e o Estado, que se torna possível perceber a implantação das “bandas de fazenda” como extensão ou equipamento a serviço, também, da catequese. “As bandas de fazenda” eram equipamentos culturais (SILVA, 2023), nos quais os escravos aprendiam a ler partituras e a tocar instrumentos de madeira, percussão e metais. Elas eram financiadas pelos senhores das senzalas e o repertório era eurocentrado, com músicas sacras e profanas. De acordo com Marcos Holler, as bandas de música, além de ter a função de animar os salões dos senhores e das senhoras no engenho Santa Cruz, no Rio de Janeiro, também desempenhavam atividades em celebrações litúrgicas (HOLLER, 2006) da igreja católica.

Foi na educação para o ofício de músico que o escravo no Brasil imperial encontrou uma maneira para ascender socialmente, tal fato possibilitou o surgimento de diversos músicos que se engajaram em tais atividades nas fazendas brasileiras. Geralmente, o ensino de música era ministrado por um maestro europeu (militar) ou um mestre de banda escravo que dominava a arte de ler, escrever e “saber música”. Conforme os estudos de Correa (2016), crianças e mulheres também participavam da banda como musicistas. Segundo este autor, em uma das etapas de sua pesquisa documental, a escola de música instrua os músicos escravos a respeito das atividades musicais e de seus deveres.

cabia ao responsável da escola de música o ensino de ler e escrever aos escravos, ensinando somente aquilo que era necessário para o desempenho do ofício da música e que na rotina diária deveriam fazê-lo estudar as músicas escolhidas pelo administrador. Também haveriam de conservar os instrumentos musicais da fazenda, permanecendo no setor da escola do horário de 7:30 da manhã a 2:30 da tarde, dedicando-se exclusivamente aos estudos diários de seus instrumentos, devendo se apresentar em todas as solenidades da igreja do curato e apresentações que o administrador ordenasse (CORREA, 2016, p. 9)

Na sua pesquisa, Correa (2016) identificou, também, algumas atividades musicais de Targine José, mestre de música da banda da fazenda Santa Cruz, localizada no Rio de Janeiro. A partir da sua



pesquisa, foram evidenciadas práticas didáticas para o ensino de instrumentos musicais destinadas a outros mestres de bandas,

No dia 30 de setembro de 1844, no jornal diário do Rio de Janeiro, encontramos Targine Jose participando de um evento no teatro São Francisco organizado pela irmandade Santa Cecília na qual ele apresenta diversos estudos e variações de Ophicleyde. Podemos perceber que diversos músicos e mestres de música de Santa Cruz tinham relação com esta irmandade que tinha como intuito congregar todos os músicos da cidade do Rio de Janeiro, na qual organizava e disponibilizava serviços relacionados ao trabalho musical (CORREA, 2016, p.11)

A necessidade de possuir uma atividade musical organizada em uma fazenda não se configurou como um benefício ao negro por parte do senhor de engenho. O que movia a manutenção das bandas de fazenda era o interesse político no entretenimento dos ofícios e a renda que as bandas geravam aos fazendeiros e as irmandades no passado. A diversificação do campo de atuação das bandas proporcionada pelas irmandades religiosas e a alta lucratividade que esses equipamentos deram aos senhores de senzalas no império é incalculável. Entretanto, o objetivo da educação nas bandas de fazenda era domesticar os escravos por meio da aprendizagem musical, para que a banda comunicasse, sonoramente, aos fiéis os valores da catequese que explorava o músico negro como mão de obra pouco qualificada para os ofícios musicais e reforçava o *status* do homem burguês e seu lugar de poder na colônia, a fim de consolidar a tradição de seus antepassados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado teve como objetivo discutir as intenções da educação do músico, na condição de sujeito escravizado, nas fazendas brasileiras, ao longo da história. O ato de refletir sobre os fatos históricos, sobre o músico e a sua educação, revela possibilidades para novas interpretações dos discursos dos cronistas e das fontes primárias e secundárias, encontradas em pesquisas, bem como sobre estudos históricos da vida de pessoas escravizadas no Brasil.

Neste trabalho, apresentamos, inicialmente, uma discussão sobre o conceito de Educação do ponto de vista cultural, na tentativa de apresentar uma das visões sobre o seu papel na sociedade. No decurso do diálogo entre os autores, foi possível constatar que a educação é uma excelente ferramenta para perpetuar as tradições culturais e a sua importância para projetos de domesticação do homem para finalidades mercantis.

No desenvolvimento deste estudo, discutimos o surgimento do músico no Brasil numa construção histórica sobre contexto social no qual este surgiu, buscando evidenciar o processo de formação social no período colonial; os primeiros conjuntos de músicos escravizados; o repertório tocado e as primeiras percepções sobre o objetivo e a função da música neste contexto, e a sujeição destes ao trabalho instruído, isto é, vinculado à música do colonizador.



No último tópico, realizamos uma discussão sobre a maneira como os músicos foram educados nas fazendas brasileiras e identificamos a relação entre a educação musical e o projeto de dominação mercantil da corte e da Igreja, percebendo a influência da catequese na formação das bandas de música e a sua estreita relação com a educação do músico escravizado nas fazendas brasileiras.

Sob a ótica da história, percebemos que a educação anda lado a lado com o desenvolvimento das grandes civilizações, usando-a como um elemento estruturante de um projeto dominador. Por consequência, a maioria das riquezas geradas a partir da colônia portuguesa resultaram do trabalho desumano ao qual os homens escravizados foram submetidos por séculos. Aculturados pela força dominante das armas e pela fúria do dominador, os escravizados foram submetidos a uma educação baseada na violência física e psíquica que operou sua desumanização. Tal processo se deu a partir da invasão cultural, alicerçada na catequese, que impunha um violento processo de negação das culturas religiosas dos sujeitos contrabandeados para cá, impondo-lhes a adesão forçada ao cristianismo.

A busca por evidências históricas sobre a educação do músico no Brasil configura-se como uma tentativa de entender melhor o mundo e descobrir a gênese das “verdades” sobre o homem, auxiliando na quebra de paradigmas estabelecidos e apontando caminhos de decolonialização da educação. Nessa perspectiva, tal atividade assume o compromisso ético em busca da construção de uma consciência humana, que seja integradora de seres humanos, pautada em princípios éticos robustos e em aspectos vinculados à solidariedade.

Portanto, o presente trabalho busca contribuir, com uma reflexão sobre a educação musical brasileira, a partir da interpretação dos autores sobre fatos históricos que ainda necessitam de maior aprofundamento para uma percepção mais acurada das realidades de um passado obscuro e pouco favorável para os músicos no Brasil. Logo, é necessário compreendermos que os fatos históricos apresentados no texto são pontos de grande relevância para pensarmos um projeto educacional emancipador, que proporcione novas práticas educativas com música no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- ARIMINO, Padre José Benci de. *Economia Christã dos senhores no governo dos escravos*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <afemusical@gmail.com>. em: 24 maio 2024.
- APPLE, Michael W. *A educação pode mudar a sociedade?* / Michael W. Apple; tradução de Lilia Loman. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.
- BAETA NEVES, Luís Felipe (1978). *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro. Forense Universitário.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos.. Collegio das artes da Companhia de Jesu, 1716*.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial*. 2002. 482f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de; SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. *ENSAIO SOBRE CATECISMOS. A Instrução dos Rudes no Brasil Colonial (Séculos XVII e XVIII): Teoria e Prática da Educação, [s. l], v. 20, n. 1, p. 35-48, 2017*.
- CASTAGNA, Paulo. *A música como instrumento de catequese no Brasil dos séculos XVI e XVII*. D.O. Leitura, São Paulo, n.143, p.6-9, abr. 1994.
- CASTANHO, Sérgio. *Educação e trabalho no Brasil colônia*. LOMBARDI, JC; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, MIM *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006.
- CORREA, João Batista. *ESCRavidão e Música na Real Fazenda Santa Cruz, Séc. XIX*. *REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITEROI*, 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48.ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2003.
- GEERTZ, Cliford. *A interpretação das Culturas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HOLLER, Marcos Tadeu. *Uma história de cantares de Sion na Terra dos Brasis: a música na atuação dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1759)*. 2006. 252 f. Tese de Doutorado, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)*. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, v. 9, n. 17, p. 212-234, 2007.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco. Revisão técnica da tradução Paolo Nosella. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MEAD, Margaret. *Moeurs et sexualité en Océanie*. Paris: Plon, 1963.



NEITZEL, O., ed. Autogoverno e formação humana em tempos sombrios: aspectos éticos e políticos [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2020, 192 p. ISBN: 978-65-86545-37-1. <https://doi.org/10.7476/9786586545364>

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 16ª edição. 1996.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil. Editora Global, São Paulo, 2015.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas-Sp: Autores Associados, 2011.

SILVA, Anderson do Nascimento. A dimensão sociocultural da performance musical: um estudo etnográfico junto à Banda Municipal Jacques Klein de Aracati/CE. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: um tema em debate. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.